COMISSÕES DE FRETAMENTO METROPOLITANO

COMISSÃO DE FRETAMENTO DA REGIÃO **METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA**

DELIBERAÇÕES DA COMISSÃO VIRTUAL DE FRETA-MENTO METROPOLITANO DA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA - RMBS DE 29/06/2022 Opina pelo deferimento do registro das empresas abaixo

relacionadas na categoria de serviços de transporte coletivo de interesse metropolitano, objeto da Resolução STM-46 de 06/07/05, do Decreto nº 19.835/82 e da Resolução STM-78 de PROCESSO STM BARÃOTUR LOCADORA E TURISMO EIRELI - ME CARLOS VIEIRA JUNIOR 2064/22 CELSO BALTHAZAR DE QUEIROZ

GV LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA - ME 2149/22 M.B. LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA- ME 2162/22 TRANS LOPES TRANSPORTES E TURISMO LTDA – ME 2179/22 TRANS RM TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME

COMISSÃO DE FRETAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE SÃO PAULO

DELIBERAÇÕES DA COMISSÃO VIRTUAL DE FRETAMEN-TO METROPOLITANO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - RMSP DE 229/065/05/2022

Opina pelo deferimento do registro das empresas abaixo relacionadas na categoria de serviços de transporte coletivo de interesse metropolitano, objeto da Resolução STM-46 de 06/07/05, do Decreto nº 19.835/82 e da Resolução STM-78 de

INTERESSADO PROCESSO STM A.J.E. INDUSTRIA DE ACESSÓRIOS AUTOMOBILÍSTICOS LTDA DANIELA MÉRCIA CHISTI GARCIA DECORART INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARAMADOS LTDA 2212/22 FIRST LINE EXECUTIVE AUTO LOCADORA LTDA 2082/22 FRAN LOCADORA E TURISMO LTDA – ME HIGH MOBILITY TRANSPORTES S/A 2176/22 KYOODAI JCCC TRANSPORTES, FRETAMENTO E LOCAÇÃO LTDA – EPP 2366/22 LIRA ALIMENTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI – EPP 2157/22 MACHADO LITENSÍLIOS E MÁQUINAS ITDA 1973/22 MARCOS REGINALDO LOPES FILHO LTDA - ME 2340/22 NILDA RODRIGUES DOS SANTOS SILVA NUNES TRANSPORTES LTDA 2033/22 2043/22 OITO ARQUITETURA EIRELI – ME 2168/22 OMEGABRILL LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA 2339/22 PACÍFICO TRANSPORTE E TURISMO LTDA – ME 2171/22 RIVIERA RENT A CAR LOCADORA DE VEÍCULOS FIRELL – EPP 1935/22 SANTA RITA TURISMO LTDA – EPP 2159/22 SOYAMA TURISMO S/A STILL TRANSPORTES EIRELI - EPP 2148/22 TRANSARQUI LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA 2003/22 TRANSMILLA TRANSPORTE EXECUTIVO EIRELI – ME W.L. TRANSPORTES E LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA - ME 2194/22 WANDERLEI DA SILVA FERREIRA 2046/22

Opina pelo indeferimento do registro das empresas abaixo relacionadas na categoria de serviços de transporte coletivo de interesse metropolitano, objeto da Resolução STM-46 de 06/07/05, do Decreto nº 19.835/82 e da Resolução STM-78 de 07/11/05.

PROCESSO STM ONIX SERV LOGÍSTICA LTDA

Opina pelo conhecimento do recurso administrativo por ser tempestivo e no mérito mantenho o Auto de Infração e Imposição de Penalidade de Multa. INTERESSADO/REQUERENTE PROCESSO STM

2473291-A VIAÇÃO SANTO IGNACIO 1756/22

COMISSÃO DE FRETAMENTO METROPOLITANO DA REGIÃO **METROPOLITANA DE CAMPINAS**

DELIBERAÇÕES DA COMISSÃO VIRTUAL DE FRETA-MENTO METROPOLITANO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS - RMC DE 29/06/2022

Opina pelo deferimento do registro das empresas abaixo relacionadas na categoria de serviços de transporte coletivo de interesse metropolitano, objeto da Resolução STM-46 de 06/07/05, do Decreto nº 19.835/82 e da Resolução STM-78 de

INTERESSADO	PROCESSO STI	
ALPACC LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI – ME	1959/2	
ANDRÉ VILLELA CUAN	1909/2	
ARCO-IRIS FRETAMENTO LTDA – ME	2178/2	
ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA PONTE PRETA	1975/2	
CLEIDE TEIDE MARTINS	2076/2	
EXPRESSO FÊNIX VIAÇÃO LTDA	2170/2	
JOSÉ JEAN MONTEIRO DA SILVA CONSTRUTORA — ME	2226/2	
LUCIANO DOS SANTOS DE OLIVEIRA 35090496838 — ME	2031/2	
MAURICELE DA SILVA LOPES	2227/2	
MICHELLI KELLY SANCHEZ OLIVEIRA	1910/2	
MILTON NASCIMENTO DOS SANTOS	2288/2	
MOREIRA & LIMA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA — ME	2295/2	
PIO VANS - LOCADORA DE VANS LTDA — ME	2169/2	
POSSOBON TRANSPORTES LTDA	2172/2	
RAFTUR TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LIMITADA — ME	2063/2	
RENGUANG JIANG – ME	2175/2	
RIVALDO BIAZOLI	2077/2	
RODRIGO CESAR CAMPAGNOL	2079/2	
TRANSCAMPACCI TRANSPORTES LTDA – EPP	1960/2	
VIAÇÃO OLIVEIRA LTDA	2259/2	
Onina pelo conhecimento do recurso administrativo por se		

tempestivo e no mérito mantenho o Auto de Infração e Imposicão de Penalidade de Multa.

INTERESSADO/REQUERENTE PROCESSO STM 2473938-C S RETROS - PAVIMENTAÇÃO CONSTRUÇÃO E LOCADORA LTDA 1753/22 2472673-C VB TRANSPORTE E TURISMO LTDA 1754/22 2473860-C VB TRANSPORTE E TURISMO LTDA 2479643-C VIAÇÃO LIRA 2103/22 2

COMISSÃO DE FRETAMENTO METROPOLITANO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E **LITORAL NORTE**

DELIBERAÇÕES DA COMISSÃO VIRTUAL DE FRETA-MENTO METROPOLITANO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE - RMVPLN 29/06/2022

Opina pelo deferimento do registro das empresas abaixo relacionadas na categoria de serviços de transporte coletivo de interesse metropolitano, objeto da Resolução STM-46 de 06/07/05, do Decreto nº 19.835/82 e da Resolução STM-78 de

INTERESSADO PROCESSO STM ALGE TRANSPORTE & TURISMO LTDA – ME FLAVIO SALGADO 74131630800 - ME LUCIANA ALVES FERREIRA DE OLIVEIRA 2100/22 R. BREVE DOS SANTOS TRANSPORTES – ME 2184/22 RJ VALE INFRAESTRUTURA LTDA - ME VALERIA JORDÃO PASINI 1928/22

Opina pelo cancelamento do registro das empresas abaixo relacionadas na categoria de serviços de transporte coletivo de interesse metropolitano, objeto da Resolução STM-46 de

```
06/07/05, do Decreto nº 19.835/82 e da Resolução STM-78 de
07/11/05
INTERESSADO
AMAS CANCELA – LOCADORA
BELHIOMINI GOMES TRANSPORTES LTDA – ME
                                                                        0282/22
BELLE FRETAMENTO E TURISMO EIRELI
BRUNA CRUZ DOS SANTOS 36909836812
                                                                        0282/22
CIDALIA TEODORO MAURA DE SOUZA
                                                                        0282/27
E. P. DA CUNHA TRANSPORTES LTDA
FERREIRA E FAGUNDES TRANSPORTES LTDA
                                                                        0282/22
JOSÉ A A DE ALMEIDA TRANSPORTES LTDA
                                                                        0282/22
LUCRECIA GONÇALVES DE SOUZA TRANSPORTES
M. GOMES DE SENA - TRANSPORTES
                                                                         0282/22
MURILO VANS TRANSPORTE E FRETAMENTO EIRELI
                                                                        0282/22
SOUZA & MONTEIRO TRANSPORTES LTDA
THAIS BUSTAMANTE COSENZA
                                                                        0282/22
 TURSAN TURISMO SANTO ANDRÉ LTDA
V N MACHADO TRANSPORTES
                                                                        0282/22
VANIA CRISTINA VENTURA EIRELI
VIP VAN TUR LTDA
```

COMISSÃO DE FRETAMENTO METROPOLITANO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA

DELIBERAÇÕES DA COMISSÃO VIRTUAL DE FRETA-MENTO METROPOLITANO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA - RMS DE 29/06/2022

Opina pelo deferimento do registro das empresas abaixo relacionadas na categoria de serviços de transporte coletivo de interesse metropolitano, objeto da Resolução STM-46 de 06/07/05 do Decreto nº 19.835/82 e da Resolução STM-78 de

INTERESSADO PROCESSO STM CERÂMICA SAFIRA LTDA 2119/22 CONSTRUTORA CONSTRUE J & E LTDA - ME LA RIO PRETO COMERCIO DE MOVEIS FIRELL - EPP 2151/22 JOSÉ FLAVIO PEIXOTO DA ROCHA 97623237934 – ME 2154/22 LOCADORA DE VEÍCULOS ANDRADE LTDA - ME LUIZ ANTONIO AVANZI 2109/22 NELITO SANTOS OLIVEIRA 2353/22 NELSON DOMINGUES MENK 2120/22 NEW CON CONSTRUTORA LTDA - ME 2108/22 SMA LOCADORA DE VEÍCULOS EIRELI – ME 2121/22 TRANSDOMPER TURISMO E LOCAÇÕES LTDA 2117/22 VIAJARE FRETAMENTO E TURISMO LTDA - ME 2153/22 WELLINGTON SANT'ANA EUGÊNIO

Turismo e Viagens

DEPARTAMENTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS

Termo de Convênio

Processo N.º 00009/2022 – Convênio N.º 000001/2022 ST--DADETUR – Parecer Referencial CJ/ST nº 06/2021- Partícipes: Secretaria de Turismo e Viagens e o Município de Barra Bonita — Objeto: Construção da Avenida na Orla Turística do Município (Avenida Rosa Zanella Petri – Segunda Etapa) - O valor do presente Convênio é de R\$ 3.571.377,71 , sendo o valor de R\$ 2.766.439,79 de responsabilidade do ESTADO e o valor de R\$ 804.937,92,e/ou o que exceder de responsabilidade do MUNICÍPIO - os recursos a serem transferidos ao MUNICÍPIO, originários do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, onerarão o Elemento Econômico 4.4.40.51.01 Transferência a Municípios/Obras, U.G.E. DADETUR 500.102, P.T.Res 500.109; Programa de Trabalho PT 23.695.5002.4102.0000 -os recursos de responsabilidade do Estado serão repassados parceladamente ao MUNICÍPIO em 3 parcelas, nos termos do Decreto Estadual nº 66.173/2021. I. 1ª parcela: no valor de R\$ 829.931,93, a que alude o "caput" desta cláusula, que será repassada após a expedição da ordem de serviço II. 2ª parcela: no valor de R\$ 968.253,93, a ser paga em até 30 dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior: III. 3º parcela: no valor de R\$ 968.253,93, a ser paga em até 30 dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior; observado o disposto no inciso I do §3° do artigo 116 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com suas alterações - o prazo de vigência do presente Convênio é de 810 dias, a partir da data de assinatura deste instrumento. Data da assinatura do Termo de Convênio:30/06/2022.

Processo N.º 00114/2022 — Convênio N.º 000015/2022 ST--DADETUR — Parecer Referencial CJ/ST nº 06/2021- Partícipes: Secretaria de Turismo e Viagens e o Município de Bragança Paulista - Objeto: Complexo Turístico de Esporte e Cultura Urbana na Praça Dona Maria Franco Rodrigues – o valor do presente Convênio é de R\$ 10.799.419,25 , sendo o valor de R\$ 7.163.844,86 de responsabilidade do ESTADO e o valor de R\$ 3.635.574,39, e/ou o que exceder, de responsabilidade do MUNICÍPIO - os recursos a serem transferidos ao MUNICÍPIO, originários do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, onerarão o Elemento Econômico 4.4.40.51.01 Transferência a Municípios/Obras, U.G.E. DADETUR 500.102, P.T.Res 500.109; Programa de Trabalho PT 23.695.5002.4102.0000 - os recursos de responsabilidade do Estado serão repassados parceladamente ao MUNICÍPIO em 4 parcelas, nos termos do Decreto Estadual nº 66.173/2021. I. 1ª parcela: no valor de R\$ 2.149.153,49, a que alude o "caput" desta cláusula, que será repassada após a expedição da ordem de serviço II. 2ª parcela: no valor de R\$ 1.671.563,79, a ser paga em até 30 dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior; III. 3ª parcela: no valor de R\$ 1.671.563,79, a ser paga em até 30 dias a partir da aprovação contas relativas à parcela anterior; IV 4ª parcela: no valor de R\$ 1.671.563,79, a ser paga em até 30 dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior; observado o disposto no inciso I do §3º do artigo 116 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com suas alterações - o prazo de vigência do presente Convênio é de 810 dias, a partir da data de assinatura deste instrumento. Data da assinatura do Termo de Convênio: 30/06/2022.

Processo N.º 00008/2022 - Convênio N.º 000007/2022 ST--DADETUR - Parecer Referencial CJ/ST nº 06/2021- Partícipes: Secretaria de Turismo e Viagens e o Município de Itirapina — Obieto: Revitalização do acesso ao balneário Santo Antônio - o valor do presente Convênio é de R\$ 644.052.34, sendo o valor de R\$ 615.073,96 de responsabilidade do ESTADO e o valor de R\$ 28.978,38, e/ou o que exceder, de responsabilidade do MUNICÍPIO os recursos a serem transferidos ao MUNICÍPIO, originários do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, onerarão o Elemento Econômico 4.4.40.51.01 Transferência a Municípios/Obras, U.G.E. DADETUR 500.102, P.T.Res 500.110; Programa de Trabalho PT 23.695.5002.6195.0000-os recursos de responsabilidade do Estado serão repassados parceladamente ao MUNICÍPIO em 2 parcelas, nos termos do Decreto Estadual nº 66.173/2021. L 1ª parcela: no valor de R\$ 307.536,98, a que alude o "caput" desta cláusula, que será repassada após a expedição da ordem de serviço II. 2ª parcela: no valor de R\$ 307.536,98, a ser paga em até 30 dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior; observado o disposto no inciso I do §3º do artigo 116 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com suas alterações - o prazo de vigência do presente Convênio é de 960 dias, a partir da data de assinatura deste instrumento. Data da assinatura do Termo de Convênio: 30/06/2022.

Processo N.º 00091/2022 - Convênio N.º 000012/2022 ST--DADETUR - Parecer Referencial CJ/ST nº 06/2021- Partícipes: Secretaria de Turismo e Viagens e o Município de Lindóia — Objeto: Revitalização do Conjunto Aquático " Major Arlindo Rodrigues" O valor do presente Convênio é de R\$ 866.461,78 , sendo o valor

de R\$ 759.039,56 de responsabilidade do ESTADO e o valor de R\$ 107.422,22, e/ou o que exceder, de responsabilidade do MUNICÍPIO os recursos a serem transferidos ao MUNICÍPIO, originários do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, onerarão o Elemento Econômico 4.4.40.51.01 Transferência a Municípios/Obras, U.G.E. DADETUR 500.102, P.T.Res 500.109; Programa de Trabalho PI 23.695.5002.4102.0000 - os recursos de responsabilidade do Estado serão repassados parceladamente ao MUNICÍPIO em 2 parcelas, nos termos do Decreto Estadual nº 66.173/2021. I. 1ª parcela: no valor de R\$ 379.519,78, a que alude o "caput" desta cláusula, que será repassada após a expedição da ordem de serviço II. 2ª parcela: no valor de R\$ 379.519,78, a ser paga em até 30 dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior; observado o disposto no inciso I do §3º do artigo 116 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com suas alterações - o prazo de vigência do presente Convênio é de 780 dias, a partir da data de assinatura deste instrumento. Data da assinatura do Termo de Convênio:30/06/2022

Processo N.º 00027/2022 - Convênio N.º 000010/2022 ST -DADETUR – Parecer Referencial CJ/ST n° 06/2021- Partícipes: Secretaria de Turismo e Viagens e o Município de Morungaba -Objeto: Revitalização e reforma de Praças na Estância Climática de Morungaba - o valor do presente Convênio é de R\$ 2.799.974,92 sendo o valor de R\$ 2.392.536,95 do ESTADO e o valor de R\$ 407.437.97, e/ou o que exceder de responsabilidade do MUNICÍ PIO - os recursos a serem transferidos ao MUNICÍPIO, originários do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, onerarão o Elemento Econômico 4.4.40.51.01 Transferência a Municípios/Obras, U.G.E DADETUR 500.102, P.T.Res 500.109; Programa de Trabalho PI 23 695 5002 4102 0000 - os recursos de responsabilidade do Esta do serão repassados parceladamente ao MUNICÍPIO em 3 parcelas nos termos do Decreto Estadual nº 66.173/2021. I. 1ª parcela: no valor de R\$ 717.761,08 a que alude o "caput" desta cláusula, que será repassada após a expedição da ordem de serviço II. 2ª parcela: no valor de R\$ 837.508,13, a ser paga em até 30 dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior; III. 3ª parcela: no valor de R\$ 837.267,74, a ser paga em até 30 dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior; observado o disposto no inciso I do §3º do artigo 116 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com suas alterações - O prazo de vigência do pre sente Convênio é de 840 dias, a partir da data de assinatura deste instrumento. Data da assinatura do Termo de Convênio: 30/06/2022

Processo N.º 00012/2022 – Convênio N.º 000003/2022 ST--DADETUR – Parecer Referencial CJ/ST nº 06/2021- Partícipes Secretaria de Turismo e Viagens e o Município de Nazaré Paulista Objeto: Reforma e Revitalização da Praça do Santo Cruzeiro - o valor do presente Convênio é de R\$ 520.934,74 , sendo o valor de R\$ 500.000,00 de responsabilidade do ESTADO e o valor de R\$ 20.934,74, e/ou o que exceder, de responsabilidade do MUNICÍPIO os recursos a serem transferidos ao MUNICÍPIO, originários do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, onerarão o Elemento Econômico 4.4.40.51.01 Transferência a Municípios/Obras, U.G.E. DADETUR 500.102, P.T.Res 500.110; Programa de Trabalho PT 23.695.5002.6195.0000 -os recursos de responsabilidade do Estado serão repassados ao MUNICÍPIO em uma única parcela, no valor de R\$ 500.000,00 , após a expedição da ordem de serviço, nos termos do Decreto Estadual nº 66.173/2021 e observado o disposto no inciso I do §3º do artigo 116 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com suas alterações - o prazo de vigência do presente Convênio é de 720 dias, a partir da data de assinatura deste instrumento. Data da assinatura do Termo de Convênio: 30/06/2022

Processo N.º 00014/2022 — Convênio N.º 000009/2022 ST--DADETUR — Parecer Referencial CJ/ST nº 06/2021- Partícipes: Secretaria de Turismo e Viagens e o Município de Piraju — Objeto Construção de novos sanitários e melhorias no Galpão Multiu-so do Parque FECAP — o valor do presente Convênio é de R\$ 775.910,42, sendo o valor de R\$ 775.910,42 de responsabilidade do ESTADO) e/ou o que exceder, de responsabilidade do MUNICÍ PIO - os recursos a serem transferidos ao MUNICÍPIO, originários do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, onerarão o Elemento Econômico 4.4.40.51.01 Transferência a Municípios/Obras, U.G.E. DADETUR 500.102, P.T.Res 500.109; Programa de Trabalho PI 23.695.5002.4102.0000 - os recursos de responsabilidade do Esta do serão repassados parceladamente ao MUNICÍPIO em 2 parcelas , nos termos do Decreto Estadual nº 66.173/2021. I. 1ª parcela: no valor de R\$ 387.955,21, a que alude o "caput" desta cláusula, que será repassada após a expedição da ordem de serviço II. 2ª parcela: no valor de R\$ 387.955,21, a ser paga em até 30 dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior; observado o dis posto no inciso I do §3º do artigo 116 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com suas alterações - O prazo de vigência do pre sente Convênio é de 750 dias, a partir da data de assinatura deste instrumento. Data da assinatura do Termo de Convênio: 30/06/2022.

Processo N.º 00015/2022 - Convênio N.º 000008/2022 ST--DADETUR – Parecer Referencial CJ/ST nº 06/2021- Partícipes Secretaria de Turismo e Viagens e o Município de Piraju — Objeto: Revitalização de Infraestrutura do Parque FECAPI - O valor do presente Convênio é de R\$ 986.007,85, sendo o valor de R\$ 986.007,85 de responsabilidade do ESTADO e/ou o que exceder, de responsabilidade do MUNICÍPIO - os recursos a serem transferidos ao MUNICÍPIO, originários do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, onerarão o Elemento Econômico 4.4.40.51.01 Transferên cia a Municípios/Obras, U.G.E. DADETUR 500.102, P.T.Res 500.109; Programa de Trabalho PT 23.695.5002.4102.0000 - os recursos de responsabilidade do Estado serão repassados parceladamente ao MUNICÍPIO em 2 parcelas, nos termos do Decreto Estadual nº 66.173/2021. I. 1ª parcela: no valor de R\$ 493.003,92, a que alude o "caput" desta cláusula, que será repassada após a expedição da ordem de serviço II. 2ª parcela: no valor de R\$ 493.003,93, a ser paga em até 30 dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior; observado o disposto no inciso I do $\S 3^\circ$ do artigo 116 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com suas alte rações - o prazo de vigência do presente Convênio é de 750 dias, a partir da data de assinatura deste instrumento. Data da assinatura do Termo de Convênio: 30/06/2022.

Processo N.º 00018/2022 - Convênio N.º 000004/2022 ST--DADETUR – Parecer Referencial CJ/ST nº 06/2021- Partícipes: Secretaria de Turismo e Viagens e o Município de Ribeirão Pires · Objeto: Revitalização do Mirante Santo Antônio - O valor do presente Convênio é de R\$ 5.298.146,80 , sendo o valor de R\$ 4.398.225,98 de responsabilidade do ESTADO e o valor de R\$ 899.920,82, e/ou o que exceder, de responsabilidade do MUNICÍ PIO - os recursos a serem transferidos ao MUNICÍPIO, originários do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, onerarão o Elemento Econômico 4.4.40.51.01 Transferência a Municípios/Obras, U.G.E. DADETUR 500.102, P.T.Res 500.109; Programa de Trabalho PT 23.695.5002.4102.0000 – os recursos de responsabilidade do Estado serão repassados parceladamente ao MUNICÍPIO em 3 parcelas , nos termos do Decreto Estadual nº 66.173/2021 I 1ª parcela: no valor de R\$ 1.319.467,79, a que alude o "caput" desta cláusula, que será repassada após a expedição da ordem de servico II. 2ª parcela: no valor de R\$ 1.539.379.09, a ser paga em até 30 dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior; III. 3ª parcela: no valor de R\$ 1.539.379,10 a ser paga em até 30 dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior; observado o disposto no inciso I do §3º do artigo 116 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com suas alterações o prazo de vigência do presente Convênio é de 1020 dias, a partir da data de assinatura deste instrumento. Data da assinatura do Termo de Convênio: 30/06/2022.

Processo N.º 00095/2022 – Convênio N.º 000005/2022 ST--DADETUR - Parecer Referencial CJ/ST no 06/2021- Participes: Secretaria de Turismo e Viagens e o Município de Rifaina — Objeto: Construção de Sanitários Públicos e Centro de atendimento ao turista na Orla da Praia - O valor do presente Convênio é de R\$ 765.108,64, sendo o valor de R\$ 615.073,96 de responsabilidade do ESTADO e o valor de R\$ 150.034,68, e/ou o que exceder, de responsabilidade do MUNICÍPIO - os recursos a serem transferidos ao MUNICÍPIO, originários do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, onerarão o Elemento Econômico 4.4.40.51.01 Transferência a Municípios/Obras, U.G.E. DADETUR 500.102, P.T.Res 500.110; Programa de Trabalho PT 23.695.5002.6195.0000 - os recursos de responsabilidade do Estado serão repassados parceladamente

ao MUNICÍPIO em 2 duas, nos termos do Decreto Estadual nº 66.173/2021. I. 1ª parcela: no valor de R\$ 307.536,98, a que alude o "caput" desta cláusula, que será repassada após a expedição da ordem de serviço II. 2ª parcela: no valor de R\$ 307.536,98, a ser paga em até 30 dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior; observado o disposto no inciso I do §3º do artigo 116 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com suas alterações - o prazo de vigência do presente Convênio é de 780 dias, a partir da data de assinatura deste instrumento. Data da assinatura do Termo de Convênio: 30/06/2022.

Processo N.º 00099/2022 - Convênio N.º 000014/2022 ST--DADETUR - Parecer Referencial CJ/ST nº 06/2021- Partícipes Secretaria de Turismo e Viagens e o Município de Santo Antônio do Pinhal – Objeto: Pavimentação com Bloquetes e Drenagem Pluvial da Estrada de acesso ao Roteiro Turístico do Bairro do Lageado — o valor do presente Convênio é de R\$ 1.112.664,01, sendo o valor de R\$ 1.000.000,00 de responsabilidade do ESTADO e o valor de R\$ 112.664,01 e/ou o que exceder, de responsabilidade do MUNICÍPIO - os recursos a serem transferidos ao MUNICÍPIO, originários do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, onerarão o Elemento Econômico 4.4.40.51.01 Transferência a Municípios/ Obras, U.G.E. DADETUR 500.102, P.T.Res 500.109; Programa de Trabalho PT 23.695.5002.4102.0000 – os recursos de responsabilidade do Estado serão repassados parceladamente ao MUNICÍPIO em 2 parcelas, nos termos do Decreto Estadual nº 66.173/2021. I. 1ª parcela: no valor de R\$ 500.000,00, a que alude o "caput" desta cláusula, que será repassada após a expedição da ordem de serviço II. 2ª parcela: no valor de R\$ 500.000,00, a ser paga em até 30 dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior; observado o disposto no inciso I do §3º do artigo 116 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com suas alterações - O prazo de vigência do presente Convênio é de 1150 dias, a partir da data de assinatura deste instrumento. Data da assinatura do Termo de Convênio: 30/06/2022.

Processo N.º 00053/2022 – Convênio N.º 000013/2022 ST--DADETUR – Parecer Referencial CJ/ST nº 06/2021 - Partícipes: Secretaria de Turismo e Viagens e o Município de São José do Barreiro - Objeto: Pavimentação de trechos críticos em Estradas Turísticas Fase 3 - o valor do presente Convênio é de R\$ 2.401.906,34 , sendo o valor de R\$ R\$ 2.302.355,48 de responsabilidade do ESTADO e o valor de R\$ R\$ 99.550,86 , e/ou o que exceder, de responsabilidade do MUNICÍPIO - os recursos a serem transferidos ao MUNICÍPIO. originários do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, onerarão o Elemento Econômico 4.4.40.51.01 Transferência a Municípios/ Obras, U.G.E. DADETUR 500.102, P.T.Res 500.109; Programa de Trabalho PT 23.695.5002.4102.0000 - os recursos de responsabi lidade do Estado serão repassados parceladamente ao MUNICÍPIO em 03 parcelas, nos termos do Decreto Estadual nº 66.173/2021. I. 1ª parcela: no valor de R\$ 690.706,64, a que alude o "caput" desta cláusula, que será repassada após a expedição da ordem de serviço II. 2ª parcela: no valor de R\$ 805.824,42, a ser paga em até 30 dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior; III. 3ª parcela: no valor de R\$ R\$ 805.824,42, a ser paga em até 30 dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior; observado o disposto no inciso I do §3º do artigo 116 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com suas alterações - o prazo de vigência do presente Convênio é de 1460 dias, a partir da data de assinatura deste instrumento. Data da assinatura do Termo de Convênio:30/06/2022.

Processo N.º 00069/2022 — Convênio N.º 000006/2022 ST-DADETUR — Parecer Referencial CJ/ST nº 06/2021- Partícipes: Secretaria de Turismo e Viagens e o Município de Serra Negra — Objeto: Construção de pergolados de Madeira na rua Coronel Pedro Penteado - o valor do presente Convênio é de R\$ 201.461,16, sendo o valor de R\$ 175.000,00 de responsabilidade do ESTADO e o valor de R\$ 26.461,16, e/ou o que exceder, de responsabilidade do MUNICÍPIO - os recursos a serem transferidos ao MUNICÍPIO, originários do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, onerarão o Elemento Econômico 4.4.40.51.01 Transferência a Municípios/Obras, U.G.E. DADETUR 500.102, P.T.Res 500.109; Programa de Trabalho PT 23.695.5002.4102.0000 - os recursos de responsabilidade do Estado serão repassados ao MUNICÍPIO em uma única parcela, no valor de R\$ 175.000,00, após a expedição da ordem de serviço, nos termos do Decreto Estadual nº 66.173/2021 e observado o disposto no inciso I do §3º do artigo 116 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 com suas alterações - o prazo de vigência do presente Convênio é de 720 dias, a partir da data de assinatura deste instrumento. Data da assinatura do Termo de Convênio: 30/06/2022.

Projetos e Ações **Estratégicas**

GABINETE DO SECRETÁRIO

PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS

CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED

CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

Ata da 11ª Reunião Conjunta Extraordinária, concernente à 35° Reunião Extraordinária do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização, instituído por força da Lei Estadual nº 9.361, de 05/07/1996, e à 25ª Reunião Extraordinária do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, instituído por força da Lei Estadual 11.688, de 19/05/2004

Data: 29/06/2022, às 17h30 Local: Salão Bandeirantes – 1º andar (presencial e por vídeo

conferência)

Palácio dos Bandeirantes

MARCOS RODRIGUES PENIDO - Secretário de Governo -Presidente do CGPPP, TOMÁS BRUGINSKI DE PAULA - Secretário Executivo, representante indicado pelo Secretário da Fazenda e Pla-nejamento Felipe Scudeler Salto, PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU Secretário Executivo, representante indicado pelo Secretário de Orcamento e Gestão Nelson Luiz Baeta Neves Filho, CÁSSIA REGI-NA OSSIPE MARTINS BOTELHO, Chefe de Gabinete, representante indicada pelo Secretário de Projetos e Ações Estratégicas Rodrigo Felinto Ibarra Enitácio Maia ALESSANDRA ORARA SOARES DA SILVA - Subprocuradora Geral da Consultoria Geral, representante indicada pela Procuradora Geral do Estado Inês Maria dos Santos Coimbra de Almeida Prado, FERNANDO BARRANCOS CHUCRE — Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente, ZEINA ABDEL LATIF -Secretária de Desenvolvimento Econômico, JESSICA SOUZA DE BRITO – Chefe de Gabinete, representante indicada pelo Secretário de Relações Internacionais Julio Serson.

Convidados

MARCELO NASCIMENTO DE ARAÚJO – respondendo pela Chefia de Gabinete, representante indicado pelo Secretário da Saúde Jean Carlo Gorinchteyn, FABIANO MARQUES DE PAULA Superintendente da Fundação para o Remédio Popular/FURP, ADRIANA PARANHOS PINTO - Gerente Geral da Divisão Administrativa e Financeira da FURP.

Contrato Concessão Administrativa (PPP) - Indústria Farmacêutica de Américo Brasiliense/IFAB - Fundação para o Remédio

Uma vez reunidos os membros do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas/CGPPP e do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização/CDPED e na presença dos Convidados, o Presidente do CGPPP, MARCOS RODRIGUES PENIDO, procedeu à